

Itaquaquetuba, 14 de outubro de 2025.

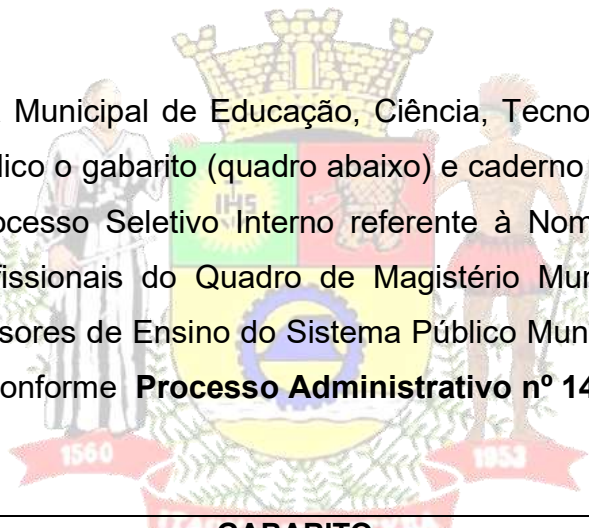
**COMUNICADO Nº 296/Semecti/2025**

**Destinatários:** Unidades Escolares do Sistema Público Municipal de Ensino

**Assunto:** Torna público o Caderno de Provas e Gabarito do Processo Seletivo Interno – Supervisor de Ensino

**Senhor (a) Diretor (a),**

A Secretaria Municipal de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação – Semecti, torna público o gabarito (quadro abaixo) e caderno de provas (anexo), respectivos ao Processo Seletivo Interno referente à Nomeação e Cadastro Reserva para profissionais do Quadro de Magistério Municipal atuarem na Função de Supervisores de Ensino do Sistema Público Municipal de Ensino de Itaquaquetuba, conforme **Processo Administrativo nº 14.560/2025**



| GABARITO |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |
|----------|---|---|---|---|---|---|---|---|----|----|
| 1        | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 |
| B        | C | B | C | A | D | C | E | B | A  | A  |

Atenciosamente,



Dr. Pedro Parada Mesquita  
**Secretário Adjunto de Educação**



**Prof.ª Maria Cristina Perpetuo dos Santos Soares**  
Secretária Municipal de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação

## PROVA OBJETIVA

### GABARITO:

|       |       |       |       |       |       |       |       |       |        |        |
|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|--------|
| 1 - B | 2 - C | 3 - B | 4 - C | 5 - A | 6 - D | 7 - C | 8 - E | 9 - B | 10 - A | 11 - A |
|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|--------|

## DISCURSSIVO-OBJETIVA

### Questão 1.

#### PADRÃO DE RESPOSTA:

10 anos com periodicidade a cada dois anos, ou a qualquer tempo.

### Questão 2.

#### PADRÃO DE RESPOSTA:

O Projeto Político Pedagógico terá duração de 02 (dois) anos, e a cada início do novo biênio, deverá ser entregue ao Departamento de Supervisão para análise e orientações.

# ESTUDO DE CASO

## CASO 1 - PADRÃO DE RESPOSTA

**1. Diagnóstico:** Iniciaria com uma reunião aprofundada com o diretor para compreender as causas da não utilização dos recursos, solicitando acesso aos registros financeiros e ao Projeto Político Pedagógico (PPP). Em seguida, promoveria escuta ativa junto à equipe pedagógica e funcionários, e, crucialmente, reativaria e fortaleceria o Conselho de Escola e a Associação de Pais e Mestres (APM), realizando assembleias para identificar as necessidades e sugestões da comunidade escolar.

**2. Propostas de Intervenção:** a) **Capacitação e Acompanhamento:** Ofereceria formação continuada ao diretor e à equipe gestora em gestão financeira, prestação de contas e elaboração de planos de aplicação das verbas, com acompanhamento sistemático. b) **Transparência e Participação:** Fortaleceria o Conselho de Escola e a APM, assegurando que as decisões sobre o uso dos recursos sejam deliberadas e fiscalizadas coletivamente, conforme o PPP. c) **Priorização de Melhorias:** Elaboraria um plano de ação emergencial, priorizando a manutenção da infraestrutura e a aquisição de materiais didático-pedagógicos essenciais, com metas e cronogramas claros.

**3. Fundamentação:** Minhas propostas fundamentam-se na **Constituição Federal (Art. 205 e 212)**, que assegura o direito à educação e a aplicação de recursos no ensino. A **LDB (Art. 3º e 15)** preconiza a gestão democrática e a autonomia escolar. O **Decreto nº 7488/2017 (Art. 9º, III e IV, e Art. 10º, III)** exige transparência e participação do Conselho de Escola e APM na gestão financeira. Por fim, a **Lei Complementar nº 280/2015 (Art. 4º, I)**, que define as atividades do magistério e correlatas, e o **Anexo V**, que descreve o campo de atuação do Supervisor, legitimam minha intervenção na supervisão e apoio técnico-pedagógico à escola.

## CASO 2 - PADRÃO DE RESPOSTA

**1. Diagnóstico:** Iniciaria com escutas ativas, individuais e separadas, com a mãe do estudante e a equipe gestora, para compreender suas respectivas perspectivas e identificar os pontos de tensão. Analisaria minuciosamente o Plano Educacional Individualizado (PEI), sua existência, adequação e implementação, registros pedagógicos, histórico de comunicações e adaptações curriculares. Avaliaria a capacitação da equipe escolar em TEA e práticas inclusivas, e os recursos de apoio disponíveis.

**2. Propostas de Intervenção:** a) **Mediação:** Conduziria uma reunião formal de mediação entre a mãe e a escola, estabelecendo um plano de comunicação transparente e focado no desenvolvimento do estudante. b) **PEI:** Revisaria ou elaboraria o PEI com a família e especialistas, definindo metas claras, estratégias pedagógicas adaptadas e recursos de apoio necessários. c) **Capacitação:** Implementaria formação continuada urgente para a equipe sobre TEA e práticas pedagógicas inclusivas, oferecendo também suporte psicossocial aos profissionais fragilizados. d) **Assistente Educacional:** Avaliaria a necessidade e modalidade do assistente educacional, conforme o PEI e a legislação, orientando a escola no processo de solicitação. e) **Apoio Legal:** Prestaria orientação jurídica à escola sobre o Boletim de Ocorrência, protegendo a equipe e garantindo o devido processo legal.

**3. Fundamentação:** As propostas fundamentam-se na **Constituição Federal (Art. 205 e 208)**, **LDB (Art. 58)**, **Lei Brasileira de Inclusão** e **Lei Berenice Piana** (TEA como deficiência), que asseguram o direito à educação inclusiva e atendimento especializado. Em nível municipal, a **Lei Complementar nº 280/2015 (Art. 4º, I; Art. 29, III/X; Art. 111)** legitima minha atuação como supervisor no apoio técnico-pedagógico, capacitação de docentes e desenvolvimento do aluno. O **Decreto nº 7488/2017 (Art. 5º; Art. 28, §5º; Art. 39, §4º; Art. 43, III)** reforça a obrigatoriedade de atendimento educacional especializado (AEE) e do PEI para estudantes com deficiência, incluindo TEA, garantindo a conformidade da escola com a legislação.



Inscrição

# PROCESSO SELETIVO INTERNO

# **SUPERVISOR DE ENSINO**

Primeira Fase

**Objetiva, Discursivo-Objetiva e Estudo de Caso**

- Este caderno contém 11 (onze) questões objetivas, 2 (duas) questões discursivo-objetivas e 2 (duas) questões de estudo de caso.
- Confira os dados impressos na capa deste caderno.
- Após autorização para abertura, verifique se o material está completo. Constatada qualquer irregularidade, comunique imediatamente ao fiscal de sala para substituição.
- Assine apenas no local indicado na capa.
- As respostas das questões objetivas deverão ser assinaladas na folha de respostas.
- As respostas das questões discursivo-objetivas e de estudo de caso deverão ser transcritas exclusivamente nas respectivas folhas definitivas.
- Não haverá substituição das folhas de respostas ou das folhas definitivas.
- Rascunhos não serão considerados para efeito de correção.
- Utilize exclusivamente caneta esferográfica de tinta preta ou azul.
- Não será permitido o uso de quaisquer equipamentos eletrônicos, incluindo telefone celular, relógio, calculadora, fones de ouvido ou similares.
- A ilegitimidade da letra poderá acarretar prejuízo à nota atribuída.
- A duração da prova é de 3 (três) horas, incluído o tempo destinado ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição das respostas definitivas.
- Não será permitida a saída definitiva antes de 1 (uma) hora do início da prova.
- Os 3 (três) últimos candidatos deverão permanecer em sala até a entrega da última prova, assinando o termo de encerramento.
- Ao término, entregue ao fiscal o caderno de questões objetivas, a folha de respostas e as folhas definitivas.
- As instruções e proibições permanecem válidas até a saída definitiva do prédio.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.**

Nome do candidato

RF

CPF

Número de inscrição

USO EXCLUSIVO DO FISCAL



Assinatura do candidato

Texto 1

**O abismo dentro de São Paulo que separa Kimberly e Mariana**

Kimberly Cristina Barbosa e Mariana Grimaldi, ambas com 15 anos, moram a meros 10 quilômetros uma da outra, em São Paulo. A distância física não é das maiores, podendo ser percorrida de carro em menos de 30 minutos. No entanto, um abismo social separa os bairros de Paraisópolis (zona sul) e Perdizes (zona oeste), onde moram as duas jovens, respectivamente. Mariana estuda no Colégio São Luís, na região da avenida Paulista, um dos mais tradicionais da capital e com uma mensalidade que chega aos quatro dígitos. Já Kimberly estuda na Escola Estadual Professora Etelvina Góes Marcucci, colada na favela onde mora. A jovem nunca foi até a Paulista. E Mariana nunca esteve em uma favela. Suas vidas e rotinas retratam os dados do Mapa da Desigualdade.

Vila Andrade, onde está localizada a comunidade de Paraisópolis, lidera o ranking de distritos com mais favelas de acordo com o Mapa, tendo quase 50% das moradias em situação irregular. A casa de Kimberly é uma delas: a residência de dois quartos e um banheiro abriga oito pessoas, sendo cinco irmãos e irmãs, uma tia e sua mãe. O pai é figura ausente: “Perdi o contato com ele quando tinha quatro anos de idade”. Perdizes, onde Mariana mora, está na outra ponta do indicador com 0% de domicílios favelizados. Ela divide um apartamento de quatro quartos, ao lado da estação Vila Madalena, com três pessoas: seus pais e um irmão mais velho. O cômodo que sobra foi transformado em um escritório.

O dia a dia das jovens também é diferente. Kimberly sai da escola depois de meio dia e vai direto para casa, onde ajuda no preparo do almoço e se encarrega de arrumar a casa. “Eu até consigo fazer o dever de casa, mas essas tarefas domésticas tomam uma parte do meu tempo”, diz. “Mexer no celular e assistir TV toma o resto”, confessa. Ela gostaria de estudar inglês, mas não faz nenhum curso ou atividade extracurricular após o término das aulas. Já Mariana fica no colégio até depois de 20h estudando, fazendo inglês, praticando esportes ou simplesmente matando tempo com as amigas, com quem costuma ir ao shopping ao lado para almoçar ou na padaria para repassar o conteúdo aprendido nas aulas. “Podemos ficar lá até tarde. Tem muita quadra, então, independente de pagar para fazer aula, posso pegar uma bola e jogar com as pessoas. Faço handebol e participo de competições entre colégios, mas também já fiz basquete e vôlei”, conta ela, que chega à escola de carro com o pai. Depois, pega a linha 2-verde do metrô na estação Consolação (centro) e anda mais duas paradas até a de Vila Madalena. “Mas em casa fico só de noite, não tem muita coisa para fazer lá”.

A renda das duas famílias também está em polos opostos. Segundo o Mapa da Desigualdade, enquanto Perdizes tem uma taxa de 4,5 pessoas em emprego formal por dez habitantes (na população economicamente ativa), na Vila Andrade este número cai quase pela metade: 2,3 pessoas empregadas formalmente em cada dez, o que explica a

disparidade entre as famílias. A mãe e a tia de Kimberly estão desempregadas, obrigando a família a se virar para conseguir sobreviver. “Atualmente dependemos de Bolsa Família e de uma pensão do pai de um dos meus irmãos”, conta a jovem, que já passou por dois empregos como balconista de sorveteria e vendedora em um mercado. No último não durou muito: “Perdi a chave do trabalho”, conta, para risos dos colegas da escola. “Mas preciso voltar a trabalhar”, diz.

A situação da família de Mariana é mais confortável. “Meu pai é perito em uma fábrica e minha mãe trabalha na Nokia. Os dois são engenheiros elétricos, começam a trabalhar de manhã e só terminam à noite”, conta. Aliás, o trabalho de sua mãe lhe dá direito a um plano de saúde do hospital Albert Einstein. Uma empregada doméstica cozinha e faz faxina todos os dias, de segunda a sexta-feira, para que quando a família chegue em casa depois de um dia inteiro de trabalho e estudos haja comida pronta e tudo esteja organizado. Por ser um casal bastante ocupado, tanto a garota como seu irmão, que está prestes a terminar o ensino médio, sempre ficaram na escola durante todo o dia, desde os primeiros meses de vida.

A desigualdade também se faz presente no acesso à cultura e ao esporte. Perdizes ocupa a 24ª colocação quando o assunto é centros culturais, casas e espaços de cultura, mas Mariana também transita por bairros como Sé, Pinheiros, Bela Vista, Consolação, República ou Jardim Paulista. Os seis bairros ocupam, nessa ordem, as seis primeiras posições da lista. Estes e outros lugares da zona oeste e do centro também são os que mais possuem museus, cinemas, teatros, salas de concerto ou equipamentos culturais públicos, segundo o Mapa. Só na região da Paulista, onde Mariana estuda, estão o Instituto Moreira Salles, o MASP, um SESC, quatro cinemas, entre outros espaços. “A minha mãe leva a gente em museus e musicais no teatro”, conta Mariana. “Mas vou mais ao cinema, porque o shopping Bourbon é do lado de casa”.

Já a Vila Andrade ocupa a 79ª posição no ranking de centros culturais, casas e espaços de cultura. O distrito de Kimberly também é o pior da cidade em número total de equipamentos esportivos. “O lazer que temos é jogar bola na quadra, os bailes funk na rua, que minha mãe deixa eu ir uma vez por mês, e o pagode”, conta a adolescente, que raramente sai de Paraisópolis.

Mesmo com pouco dinheiro, Kimberly sonha em se tornar “aeromoça ou administradora de empresas”. Ela sabe, no entanto, que o caminho será duro. “No momento eu me contentaria em conseguir pagar um curso de inglês, porque sei que isso é importante para minha formação”, explica. Para ela, seu futuro pode estar fora do bairro onde nasceu e cresceu. “Quero sair de Paraisópolis. Nenhuma menina que eu conheço conseguiu ter um futuro ficando aqui”, diz, mencionando as várias amigas do bairro que tiveram que abandonar os estudos após gravidez indesejada. Vila Andrade tem uma das maiores taxas de gravidez na adolescência da capital: são 11,45 por 100.000 habitantes. Perdizes tem apenas 1,82. “No meu colégio nunca vi ninguém ficar grávida. A irmã de uma amiga teve filho aos 17 anos, mas é o único caso que conheço”, conta Mariana.

A garota, que é boa em matemática e física e sempre passa sem recuperação no colégio, deseja estudar engenharia na USP depois de terminar o colégio. Mas antes, na metade do terceiro ano, pretende fazer um intercâmbio de um ano para os Estados Unidos, igual ao que seu irmão fez, e se formar lá. “E aí na volta eu faço seis meses de cursinho”, planeja. Enquanto essa hora não chega, aproveita seu tempo para ir com os amigos a festas e restaurantes, passar alguns fins de semana no chalé que sua família possui em Araçatiguama, no interior do Estado, viajar nas férias —em julho esteve em Paris por alguns dias—, praticar corrida de rua com seus pais ou, mais raramente, andar de bicicleta e fazer piquenique no parque Villa-Lobos.

Outra de suas rotinas é comer pizza às sextas-feiras na casa de sua avó, que tem 75 anos. Até isso é um reflexo do lugar onde vive: enquanto na zona oeste de São Paulo a expectativa de vida pode facilmente ultrapassar os 80 anos —em Perdizes, a média é de 80,50—, em bairros da periferia nem sempre se vive muito. Em Vila Andrade, onde Kimberly mora, a idade média de óbitos é de 65,56. A média mais baixa é de Cidade Tiradentes, 58,45 anos. Na mesma São Paulo.

(Gil Alessi e Felipe Betim. Disponível em [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/27/politica/1543348031\\_337221.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/27/politica/1543348031_337221.html) acesso em 01.09.2025)

**01.** Considerando a construção argumentativa do texto e a apresentação das realidades de Kimberly e Mariana, assinale a alternativa que melhor expressa a principal crítica implícita veiculada pelo autor ao abordar a desigualdade social em São Paulo.

A) A narrativa sugere que a proximidade física entre os bairros de Paraisópolis e Perdizes mascara a profunda disparidade socioeconômica, cujas raízes residem primordialmente nas escolhas individuais e nas aspirações de cada jovem.

B) O texto enfatiza que a desigualdade em São Paulo é um fenômeno complexamente estrutural, transcendendo a mera diferença de renda para manifestar-se na privação de acesso a oportunidades formativas e culturais essenciais.

C) A comparação entre as trajetórias de vida das adolescentes sublinha a responsabilidade governamental exclusiva na mitigação das condições de precariedade habitacional e na oferta de infraestrutura para as comunidades periféricas.

D) O autor argumenta que as discrepâncias observadas nas rotinas e nas expectativas futuras das jovens são consequência direta de uma deficiente distribuição geográfica dos recursos educacionais e de lazer na metrópole.

E) A análise apresentada pelo autor revela que a principal crítica reside na formação de uma segregação socioespacial que impede o intercâmbio de experiências e a construção de uma identidade metropolitana coesa.

## Texto 2

### Os desafios da gestão escolar e a importância do diálogo com as famílias

Diretor da rede pública estadual de São Paulo e diretora de escola filantrópica de Juazeiro do Norte, CE, analisam a profissão

Boa gestão é um fator fundamental para uma educação de qualidade. Contudo, tão grande quanto a importância do(a) diretor(a) escolar é a lista de desafios que fazem parte do dia a dia do cargo, que inclui limitação de recursos, conciliação de diferentes demandas, necessidade de se adaptar a um mundo que se transforma cada vez mais rápido e a busca por superar barreiras para aproximar as famílias da escola. No meio disso tudo, há um ponto que é ao mesmo tempo um desafio e uma forma de exercer uma boa liderança: o exercício do olhar humano e para o humano.

“Nós lidamos muito com as relações. Temos contato com todas as pessoas que estão dentro da escola, desde a criança ao porteiro. Então, nós também precisamos entender de pessoas, sermos pessoas justas, solidárias, que sabem ouvir”, reflete Cícera Martins, diretora da Escola Poço de Jacó, instituição filantrópica localizada em Juazeiro do Norte, CE, e mantida pela A.I.J.F (Associação Instrutora da Juventude Feminina).

Para Cícera, que foi professora por cerca de 20 anos e há 12 atua como diretora da Poço de Jacó, é preciso que as especializações em gestão abordem também esse aspecto humano da direção escolar. E ressalta: hoje, a função desse profissional vai muito além do administrativo e do burocrático; é preciso ter envolvimento com a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes.

Pensando, sobretudo, na realidade em que vive, dirigindo uma instituição de educação infantil que atende crianças em situação de vulnerabilidade social, ela avalia que o diretor se torna um agente fundamental na promoção do desenvolvimento dos alunos. “A gente lida também com o cuidar, o acolher e o garantir a essas crianças um espaço de desenvolvimento que tenha afeto, que passe segurança para elas

#### Proximidade com as famílias

Segundo João Almeida, consultor da Academia Líderes de Educação (iniciativa da revista Educação) e diretor da Escola Estadual Sérgio Estanislau de Camargo, na zona leste de São Paulo, um grande desafio da gestão, no caso específico da rede pública, é de ordem financeira — ou seja, a limitação de acesso a recursos e materiais. “Por exemplo: quebrou um muro da escola, você não tem como consertar; ou tem um entupimento; não tem como dar conta de ter computador para todos os estudantes fazerem as atividades”, enumera.

Ele também avalia que, para escolas localizadas na periferia, a vulnerabilidade também é um desafio. Além do estabelecimento de uma proximidade com as famílias. “[É um desafio] fazer com que os alunos frequentem a escola e que não só frequentem, mas que participem, sejam responsáveis pela aprendizagem. E fazer com que as famílias participem. É bastante desafiador você ter a família ao seu lado”, afirma.

Para promover essa aproximação, o caminho é um velho conhecido: o diálogo. “É estar no portão na entrada, na saída. É ir à padaria do bairro, aqui perto da escola, e

cumprimentar um, cumprimentar outro”, exemplifica. “As pessoas às vezes veem a direção da escola, o diretor, como alguém inacessível”, reflete. Por isso, o gestor tenta passar para as famílias justamente o oposto.

João cita que, nos dias de reunião, tem conversado com os pais no pátio — antes que eles se encaminhem para falar com os professores. Nessa oportunidade, divide o que está acontecendo na instituição. Para ele, essa prática tem aproximado a comunidade da escola. “Isso vai fazendo com que os pais entendam que a escola é da comunidade. É isso que eu falo sempre para eles: a escola é de vocês; eu estou passando por aqui, a escola vai ficar”, afirma o diretor.

Além dos muros

A diretora Cícera também cita o olhar para as famílias como algo fundamental. Sobre tudo num contexto de vulnerabilidade social. No caso da escola que dirige, ela afirma que há uma preocupação em identificar, por exemplo, famílias que possam estar passando fome, vivendo situações de desemprego ou de violência doméstica.

Nesses casos, ela e a assistente social visitam as famílias e, a partir daí, diferentes ações podem ser realizadas. Isso inclui encaminhamentos para consultas com psicólogos, arrecadação de roupas e alimentos, além de oferecimento de cursos na própria instituição de ensino (como artesanato, costura e culinária). Tais práticas são importantes, segundo a diretora, para inserir a família na escola e para que a criança fique bem não apenas durante o período das aulas, mas também quando volta para casa.

Gestão escolar e a possibilidade de fazer a diferença

Se a gestão traz desafios, traz também oportunidades. No Ceará, a diretora Cícera Martins conta que conseguiu colocar em prática, no ano passado, um sonho de muito tempo: restaurar o lago localizado na escola. O projeto tornou-se realidade por meio de doações e do envolvimento da comunidade. “Teve um impacto muito grande no espaço físico da escola e também na consciência e na vida das pessoas que fazem parte aqui do Poço de Jacó”, diz.

Já em São Paulo, o diretor João Almeida conta que uma das ações que têm impactado a escola é um projeto de educação antirracista — que ele tem como bandeira. O diretor oferece formações sobre o tema para os professores. E isso reflete para os estudantes: no ano passado, a escola teve uma feira cultural com a temática ‘cultura e identidade’. “Os alunos se interessaram, os pais vieram. Teve dança, música, apresentação artística de desenhos e esculturas, e muita história”, lembra o gestor.

(Juliana Fontoura. Disponível em <https://revistaeducacao.com.br/2025/07/01/desafios-da-gestao-escolar/> acesso em 01.09.2025)

**02.** O texto, ao descrever as abordagens dos diretores Cícera Martins e João Almeida para a aproximação com as famílias, evidencia que essa estratégia é fundamental, pois:

A) Permite a identificação e correção de deficiências no desempenho acadêmico dos alunos, transformando os pais

em agentes fiscalizadores do processo de ensino-aprendizagem.

B) Proporciona aos educadores uma compreensão mais profunda das realidades sociais e emocionais dos estudantes, facilitando intervenções pedagógicas mais assertivas e contextualizadas.

C) Contribui para a construção de um senso de pertencimento e corresponsabilidade da comunidade com a escola, reconhecendo a instituição como um espaço de todos e para todos.

D) Garante a adesão das famílias aos projetos e eventos escolares, facilitando a arrecadação de fundos e a obtenção de recursos para as atividades extra curriculares planejadas.

E) Assegura a disciplina e o cumprimento das normas regimentais pelos estudantes, utilizando a influência familiar como ferramenta coercitiva para a manutenção da ordem no ambiente escolar.

## Informática

**03.** Um Supervisor de Ensino recebeu uma planilha no Microsoft Excel com os resultados detalhados de uma avaliação online aplicada a todos os alunos da escola. Esta planilha, intitulada **Resultados\_Avaliacao\_Escola.xlsx**, contém diversas colunas, incluindo "Nome do Aluno", "Turma" (ex: "1º A", "3º B", "4º C"), "Disciplina" e "Pontuação Final". Para uma análise focada, o Supervisor precisa visualizar apenas os alunos da "Turma 5º B" e, posteriormente, os alunos que obtiveram "Pontuação Final" acima de 80, sem que isso altere permanentemente a ordem ou a estrutura original da planilha.

Qual é a sequência correta de ações no Microsoft Excel - Office 2021 para aplicar esses filtros e, em seguida, desativá-los para retornar à visualização completa da planilha, mantendo os dados intactos?

A) Clicar na coluna "Turma", na aba "Página Inicial", no grupo "Estilos", selecionar "Formatação Condicional" e realçar a "Turma 5º B". Para a pontuação, aplicar a função SE na coluna "Pontuação Final", identificando valores maiores que 80.

B) Selecionar uma célula na tabela, ir na aba "Dados", grupo "Classificar e Filtrar", clicar em "Filtro". Na coluna "Turma", usar a seta suspensa, desmarcar "Selecionar Tudo" e marcar "5º B". Na coluna "Pontuação Final", clicar na seta, "Filtros de Número", "É Maior do Que", inserir "80". Para desativar, clicar em "Filtro" na aba "Dados".

C) Selecionar a coluna "Turma", na aba "Revisão", no grupo "Alterações", clicar em "Proteger Planilha" para criar uma regra de exibição. Em seguida, na aba "Exibir", usar a opção "Congelar Painéis" para fixar as linhas de cabeçalho da planilha.

D) Inserir uma "Tabela Dinâmica" na aba "Inserir", no grupo "Tabelas", configurando os campos para filtrar por "Turma"

e "Pontuação Final". A desativação dos filtros ocorre excluindo-se completamente a Tabela Dinâmica criada.

E) Selecionar a planilha, na aba "Página Inicial", no grupo "Editar", clicar em "Localizar e Selecionar", utilizando a opção "Ir Para Especial" para encontrar células da "Turma 5º B" e as pontuações maiores que 80.

**04.** O Supervisor de Ensino precisa enviar um e-mail urgente comunicando a mudança de horário de uma reunião pedagógica importante. Os principais destinatários são os professores da equipe pedagógica (pedagogia@semecti.com.br) e o Coordenador Pedagógico (coordenacao@semecti.com.br). Além disso, a Secretária de Educação do Município (secretaria.educacao@semecti.com.br) deve ser informada desta alteração, mas os demais destinatários não precisam ter conhecimento de que ela recebeu a mensagem

Qual é a configuração correta dos campos de destinatários no cliente de e-mail (como Outlook, Gmail, etc.) para garantir que todos recebam a informação conforme os requisitos?

A) Colocar pedagogia@semecti.com.br e coordenacao@semecti.com.br no campo "Para", e o endereço secretaria.educacao@semecti.com.br no campo "Cc", para que todos vejam o envio.

B) Inserir pedagogia@semecti.com.br no campo "Cc" e coordenacao@semecti.com.br no campo "Para". O endereço secretaria.educacao@semecti.com.br deve ser colocado no campo "Cco".

C) O endereço pedagogia@semecti.com.br deve ser inserido no campo "Para". O coordenacao@semecti.com.br no campo "Cc", e secretaria.educacao@semecti.com.br no campo "Cco".

D) Colocar todos os endereços de e-mail (pedagogia@semecti.com.br, coordenacao@semecti.com.br, secretaria.educacao@semecti.com.br) no campo "Para". É importante incluir um aviso no corpo do e-mail especificando a função da Secretária.

E) Enviar um e-mail inicial apenas para pedagogia@semecti.com.br e coordenacao@semecti.com.br. Posteriormente, em um segundo e-mail separado, encaminhar a mesma mensagem para secretaria.educacao@semecti.com.br.

### Legislação Municipal

**05.** O financiamento da educação é um pilar fundamental para a concretização das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação. Conforme detalhado no ANEXO ÚNICO da Lei nº 3.210/2015, no item "5.9 - FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO", a aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) no município de Itaquaquecetuba ocorre da seguinte forma:

A) No município de Itaquaquecetuba, a maior vinculação de receitas para a Educação está relacionada ao FUNDEB, onde 60% dos recursos, no mínimo, são aplicados no pagamento de professores e o restante no pagamento do pessoal administrativo que atua nas Unidades de Ensino e também em investimentos para manutenção geral do ensino.

B) Sessenta por cento dos recursos totais do FUNDEB são exclusivamente aplicados para cobrir as despesas com o pagamento de todo o pessoal administrativo que atua diretamente nas Unidades de Ensino do município, sendo o montante remanescente distribuído equitativamente entre os investimentos em infraestrutura e o pagamento dos professores, de acordo com as deliberações anuais e específicas estabelecidas pelo Conselho Municipal de Educação, que tem a prerrogativa final de decisão sobre a gestão financeira.

C) A maior parcela dos recursos financeiros do FUNDEB é direcionada para custear a aquisição de equipamentos tecnológicos para as salas de aula e também para a construção de novas e modernas unidades escolares em diversas regiões do município, destinando-se uma pequena parte apenas para o pagamento do quadro de pessoal docente e administrativo, priorizando investimentos em infraestrutura.

D) A totalidade absoluta dos recursos provenientes do FUNDEB é integralmente vinculada ao pagamento exclusivo dos professores da rede municipal de ensino, sem qualquer margem para outras destinações, sendo que todos os demais investimentos em infraestrutura, material pedagógico e pessoal administrativo da educação municipal devem ser custeados exclusivamente por meio de receitas próprias da prefeitura e parcerias estratégicas com a iniciativa privada.

E) Os recursos do FUNDEB são prioritariamente direcionados para os programas de formação continuada de docentes e para o custeio de cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu dos profissionais da educação da rede municipal, visando essencialmente à melhoria contínua da qualidade do ensino ofertado. O valor remanescente, após essas prioridades, é então alocado para outras despesas secundárias da educação, refletindo uma hierarquia de gastos predominantemente focada no desenvolvimento profissional.

**06.** A Lei Complementar nº 280, de 11 de dezembro de 2015, em sua versão consolidada, detalha a estrutura do Quadro do Magistério e as modalidades de atuação profissional. Sobre o conceito e os critérios para o provimento das Funções Gratificadas de suporte pedagógico, conforme disposto no Art. 4º, Inciso IV (Redação dada pela Lei Complementar nº 412/2025), assinale a alternativa que apresenta a redação exata do dispositivo legal:

A) Função Gratificada: são estabelecidas para atividades de suporte pedagógico e são preenchidas por designação livre e discricionária do Chefe do Poder Executivo municipal, independentemente da titularidade de cargo de docência, priorizando exclusivamente a experiência

comprovada em gestão escolar e a qualificação técnica específica para a função.

B) As funções gratificadas são exclusivamente destinadas às atividades de suporte pedagógico e podem ser ocupadas por qualquer servidor público municipal, por simples designação, após um processo meramente formal de avaliação de currículo e entrevista, garantindo a seleção por competências e habilidades gerais, sem foco no mérito.

C) A designação para as Funções Gratificadas de suporte pedagógico é prerrogativa e competência exclusiva da Secretaria Municipal de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação, sem a necessidade de um processo seletivo formal prévio, focando apenas na indicação de servidores com histórico notável de bom desempenho e dedicação aos serviços educacionais.

D) Função Gratificada: as funções gratificadas, exercidas por servidor do Quadro do Magistério titular de cargo de docência, são destinadas às atividades de suporte pedagógico mediante designação, exclusivamente após seleção por meio de processo seletivo que observará critérios técnicos de mérito e desempenho fixados em Decreto do Chefe do Poder Executivo, sem prejuízo dos fixados por meio desta Lei Complementar.

E) As Funções Gratificadas são destinadas somente a servidores do Quadro do Magistério que possuam um cargo de docência, sendo a designação para tais funções realizada por meio de eleição direta e secreta entre os pares da unidade escolar e posteriormente homologada pelo Diretor de Escola, assegurando a legitimidade democrática do processo de escolha.

**07.** O Regimento Comum das Escolas Municipais de Itaquaquecetuba, aprovado pelo Decreto nº 7488, de 15 de agosto de 2017, estabelece as diretrizes para a organização da vida escolar dos alunos, incluindo procedimentos para contestar resultados de avaliação. No que tange à interposição de recurso por aluno que não concordar com a retenção, conforme o Art. 63, assinale a alternativa que apresenta a redação exata do dispositivo legal:

A) O aluno que não aceitar a retenção, poderá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após tomar conhecimento, apresentar recurso diretamente à Secretaria Municipal de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação, mediante documento formal.

B) Caso o aluno discorde da retenção, ele terá 15 (quinze) dias corridos para interpor recurso junto ao Conselho de Escola, obrigatoriamente por meio de representação de um advogado legalmente habilitado.

C) O aluno que não concordar com a retenção, poderá, no prazo de 10 (dez) dias de seu conhecimento, pessoalmente, e se menor de idade, através do responsável legal, interpor recurso junto ao diretor da Unidade Escolar, que após emissão de parecer circunstanciado, remeterá a decisão para apreciação do Conselho de Classe.

D) A contestação da retenção deve ser feita em até 10 (dez) dias ao Diretor da Unidade Escolar, cuja decisão será

considerada final e inapelável, não cabendo qualquer tipo de recurso a instâncias superiores após a sua pronúncia.

E) O recurso contra a retenção pode ser interposto a qualquer tempo, diretamente pelos pais ou responsáveis, sem a necessidade da presença do aluno, encaminhando-se a solicitação formal ao Ministério Público para as providências cabíveis.

## Conhecimento Específico

**08.** Ao discutir o perfil e a função do supervisor de ensino, o artigo "O PAPEL DO SUPERVISOR DE ENSINO E SUA FUNÇÃO DIALÓGICA COM O CURRÍCULO" apresenta a visão de Saviani (2002) sobre a natureza preponderante dessa função. Segundo o autor, o papel do supervisor é caracterizado da seguinte forma:

A) A função primordial do supervisor é a de guardião do currículo, pois cabe-lhe orientar os professores a fim de que a organização curricular, prevista para as escolas, alcance seu maior grau possível de materialização e excelência pedagógica.

B) O supervisor atua principalmente como um agente transformador da multiplicidade e inovação na escola, facilitando novas formas de pensar e aprender, conforme a perspectiva rizomática de Deleuze e Guattari.

C) A principal tarefa do supervisor é a organização do trabalho nas unidades escolares sob sua responsabilidade, não sendo, contudo, o único responsável pela tarefa, nem a tarefa é a única pela qual ele deve responder.

D) O supervisor deve ser o orientador e incentivador da aprendizagem, com conhecimento teórico e didático, oferecendo habilidades específicas no que concerne à humanização e ética, interligando a universidade e o serviço.

E) A função do supervisor é uma função precipuamente política e não principalmente técnica", isto é, "mesmo quando a função do supervisor se apresenta sob a roupagem da técnica, ele está cumprindo basicamente um papel político".

**09.** O artigo "O TRABALHO DO SUPERVISOR ESCOLAR: UMA PROPOSTA DE DISCUSSÃO", na seção "O Supervisor Escolar na atualidade", discute a transformação do papel desse profissional. Diferentemente do que se pensava no passado, a atuação do Supervisor Escolar (SE) contemporâneo passa a abranger as mais diversas esferas e contornos pedagógicos, sendo caracterizada, entre outros aspectos, pela:

A) manutenção de uma postura autoritária e fiscalizadora, priorizando o controle sobre as práticas docentes e a aplicação de punições em casos de desvio de conduta pedagógica.

B) promoção de assistência ao professor, em forma de planejamento, acompanhamento, coordenação, controle,

avaliação e atualização do desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

C) concentração exclusiva na gestão burocrática e financeira da escola, garantindo a organização documental e o cumprimento dos prazos administrativos, desconsiderando aspectos pedagógicos diretos.

D) centralização das decisões curriculares, determinando de forma unilateral os conteúdos e metodologias a serem aplicados em sala de aula, sem espaço para a reflexão coletiva ou autonomia docente.

E) atuação como agente de mudanças focado apenas no bem-estar social dos alunos, sem interação direta com os docentes nas questões de formação continuada e desenvolvimento profissional.

**10.** Ao sintetizar o papel do Supervisor Escolar na contemporaneidade, o artigo "O TRABALHO DO SUPERVISOR ESCOLAR: UMA PROPOSTA DE DISCUSSÃO" destaca uma função essencial desse profissional no ambiente educacional. De acordo com a conclusão do texto, o SE é fundamentalmente compreendido como:

A) Um grande mediador cujo ato de "supervisionar" caminha ao lado do seu "supervisionado" rumo à construção de um trabalho que faça sentido para todos os que se encontram no âmbito educacional.

B) Um articulador de eventos culturais e esportivos, promovendo a integração entre a escola e a comunidade local através de atividades extracurriculares diversificadas e inclusivas.

C) O principal fiscalizador do cumprimento do currículo nacional, com a responsabilidade de garantir a uniformidade das práticas pedagógicas em todas as disciplinas e níveis de ensino.

D) O responsável exclusivo pela administração dos recursos financeiros da escola, gerenciando orçamentos e buscando parcerias para a aquisição de materiais e equipamentos pedagógicos.

E) O promotor de um modelo educacional tecnicista, focando na eficiência dos resultados por meio de metodologias padronizadas e avaliações quantitativas do processo de ensino-aprendizagem.

**11.** No que se refere à atuação prática e distintiva dos supervisores, o artigo "O PAPEL DO SUPERVISOR ESCOLAR E OS DESAFIOS NA ATUALIDADE" ressalta uma particularidade do seu trabalho que os diferencia no ambiente escolar. Qual característica é essa?

A) Uma característica distintiva dos verdadeiros supervisores é que eles deixam seus escritórios com frequência com o objetivo de ajudar outros funcionários da escola – ou seja, professores – a fazer melhor seu trabalho.

B) A habilidade de realizar avaliações diagnósticas complexas, identificando as necessidades individuais de

cada aluno e adaptando o currículo conforme o seu progresso.

C) A capacidade de gerenciar conflitos internos entre os diferentes membros da equipe pedagógica, garantindo a harmonia e o bom relacionamento profissional dentro da instituição.

D) O compromisso primordial com a elaboração de novos projetos pedagógicos inovadores, buscando sempre a vanguarda das metodologias de ensino-aprendizagem para a escola.

E) A responsabilidade por assegurar a infraestrutura física da escola, coordenando as manutenções necessárias e garantindo um ambiente seguro e adequado para o ensino.

## PROVA DISCURSIVA

### Discursiva Objetiva

#### Questão 1.

Conforme o Art. 1º e o Parágrafo Único do Art. 2º da Lei nº 3.210, de 24 de junho de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação, indique o período de vigência estabelecido para o referido Plano e a periodicidade mínima para sua avaliação e possíveis correções.

|  |
|--|
|  |
|  |
|  |
|  |

#### Questão 2.

Segundo o Decreto nº 7488, de 15 de agosto de 2017, no **Capítulo VII – Do Projeto Político Pedagógico**, qual a duração da vigência do PPP e qual departamento recebe o documento?

|  |
|--|
|  |
|  |
|  |
|  |

## Estudo de Caso

**Caso 1.** A Escola Municipal de Educação Básica (EMEB) "Caminhos do Futuro", que oferece educação infantil (pré-escola) e anos iniciais do ensino fundamental, apresenta visíveis problemas estruturais e pedagógicos. Há relatos de necessidade urgente de manutenção do prédio, falta de material didático-pedagógico essencial e uma biblioteca com acervo desatualizado.

O Supervisor de Ensino da rede municipal, durante suas visitas e observações, notou que as verbas destinadas à escola (municipais e federais) não estão sendo aplicadas de forma efetiva. O diretor da unidade escolar, embora experiente na docência, demonstra pouca proatividade na gestão orçamentária e no engajamento da comunidade na discussão e aplicação desses recursos. Essa situação compromete a qualidade do ambiente de aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos.

Desafio:

Diante desse cenário, você, na função de Supervisor de Ensino, precisa elaborar um plano de ação para intervir na EMEB "Caminhos do Futuro". Seu plano deve apresentar:

1. **Diagnóstico:** Como você, enquanto supervisor, abordaria a escola para compreender as causas da não utilização dos recursos?
2. **Propostas de Intervenção:** Que ações concretas você proporia para otimizar o uso das verbas, garantindo melhorias na infraestrutura e nos materiais pedagógicos?
3. **Fundamentação:** De que forma a legislação educacional vigente (LDB, Constituição Federal e normas municipais gerais) apoia e legitima suas propostas?

|    |  |
|----|--|
| 01 |  |
| 02 |  |
| 03 |  |
| 04 |  |
| 05 |  |
| 06 |  |
| 07 |  |
| 08 |  |
| 09 |  |
| 10 |  |
| 11 |  |
| 12 |  |
| 13 |  |
| 14 |  |
| 15 |  |
| 16 |  |
| 17 |  |
| 18 |  |
| 19 |  |
| 20 |  |

**Caso 2.** Na Escola Municipal de Educação Básica (EMEB) "Porto Seguro", que abrange Anos Iniciais do Ensino Fundamental, instalou-se um clima de grande apreensão. Uma mãe de um estudante diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA), grau de suporte 1, formalizou uma denúncia de negligência e preconceito contra a escola, incluindo a equipe gestora e os professores, devido à percepção de que as necessidades de seu filho não estão sendo adequadamente atendidas.

A situação escalou a ponto de a mãe ter registrado um Boletim de Ocorrência (B.O.) contra à Diretora e, ainda, exigir junto à Secretaria de Educação a designação de um assistente educacional exclusivo e em tempo integral para acompanhar seu filho. A diretora da EMEB foi intimada a prestar esclarecimentos na delegacia, e a equipe gestora, sentindo-se fragilizada e sob intensa pressão, solicitou apoio urgente da Supervisão de Ensino para mediar o conflito com a família e fortalecer a escola diante das acusações.

Desafio:

Como Supervisor de Ensino, você é chamado a intervir nessa crise, buscando soluções que atendam às necessidades do aluno, restaurem a confiança da família e da comunidade na escola, e protejam a equipe. Seu plano de ação deve apresentar:

1. **Diagnóstico:** Quais estratégias você utilizaria para compreender a fundo as causas do conflito e avaliar as reais necessidades do aluno e da escola em relação à inclusão?
2. **Propostas de Intervenção:** Que ações concretas você proporia para mediar o conflito entre a mãe e a escola, garantir o direito à educação inclusiva do aluno e resgatar o clima de colaboração na EMEB?
3. **Fundamentação:** De que forma a legislação educacional (LDB, Constituição Federal, Lei Brasileira de Inclusão, e normativas municipais gerais) apoia e legitima suas propostas?

|    |  |
|----|--|
| 01 |  |
| 02 |  |
| 03 |  |
| 04 |  |
| 05 |  |
| 06 |  |
| 07 |  |
| 08 |  |
| 09 |  |
| 10 |  |
| 11 |  |
| 12 |  |
| 13 |  |
| 14 |  |
| 15 |  |
| 16 |  |
| 17 |  |
| 18 |  |
| 19 |  |
| 20 |  |